

Tirar o Brasil, consistentemente, da posição de dono da mais elevada taxa de juros real do mundo é reivindicação antiga, obrigatória na lista de recomendações a todos os governos que se iniciam. Desta vez não é diferente – o que se espera é que, efetivamente, agora venham as medidas necessárias para tanto e que passem, obrigatoriamente, dizem economistas de diferentes correntes, pelo equilíbrio das contas públicas.

Enquanto as despesas do governo não forem solidamente inferiores às receitas, o instrumento da taxa de juros terá de ser usado para atrair investidores em títulos públicos. Simultaneamente, enquanto o País não eliminar os entraves aos investimentos e ao desejável aumento de consumo, que pressiona a inflação, os juros serão o elemento de contenção dos preços.

De outubro de 2012 a março de 2013, a taxa básica de juros da economia, a Selic, esteve no mais baixo patamar da sua história (7,25% ao ano), abrindo expectativas de que o custo do dinheiro no Brasil, embora ainda alto pelos padrões internacionais, havia encontrado o caminho das pedras para extinguir esse limitador ao

Juros e inflação: as saídas

crescimento e desenvolvimento do País.

Em março do ano passado, porém, a combinação de um cenário externo preocupante e consumo interno excessivo acendeu a luz amarela. A inflação, com centro da meta fixada em 4,5% ao ano, com dois pontos de tolerância para baixo ou para cima, deu mostras de estar ganhando força e o Comitê de Política Econômica do Banco Central (Copom) deixou de lado a política de afrouxamento monetário que vinha seguindo. A Selic passou a ser de novo elevada, até chegar aos 11% ao ano em que está hoje, com previsão de que encerrará o ano neste nível.

Entidades empresariais criticam esta postura, pois embora a inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esteja esbarrando no teto da meta de 6,5% ao ano, consideram que o risco maior está em impedir que o Brasil retome a trilha do crescimento.

O Copom, contudo, optou pela cautela, conforme deixou claro a ata da sua última reunião, realizada no início de setembro. O diz. No documento, que as pressões inflacionárias presentes na economia tendem a arrefecer ou, até mesmo, a se esgotarem. O Copom cita como exemplo de pressões o realinhamento dos preços domésticos em relação aos internacionais e dos administrados em relação aos livres e ganhos salariais incompatíveis com a produtividade. Também aponta o desempenho da economia abaixo do seu potencial como fator de contribuição para a perda de força da inflação.

"Nesse contexto, é plausível afirmar que, mantidas as condições monetárias – isto é, levando em conta estratégia que não contempla redução do instrumento de política monetária [taxa Selic] –, a inflação tende a entrar em trajetória de convergência para a meta nos trimestres finais do horizonte de projeção [24 meses]."

Mesmo assim, segundo o Copom, é preciso que se mantenha a vigilância, "de mo-

do a minimizar riscos de que níveis elevados de inflação, como o observado nos últimos 12 meses, persistam no horizonte relevante para a política monetária". Isso porque, destaca o documento do BC, taxas de inflação elevadas geram distorções que levam a aumentos dos riscos e deprimem os investimentos. "Essas distorções se manifestam, por exemplo, no encurtamento dos horizontes de planejamento das famílias, empresas e governos, bem como na deterioração da confiança de empresários. O comitê enfatiza também que taxas de inflação elevadas subtraem o poder de compra de salários e de transferências, com repercussões negativas sobre a confiança e o consumo das famílias. Por conseguinte, taxas de inflação elevadas reduzem o potencial de crescimento da economia, bem como de geração de empregos e de renda", reafirmou o Copom.

Desta maneira, não é para já a volta da tendência de redução na taxa de juros real (descontada a inflação) do País, atualmente em 4,45%, no topo do ranking mundial. A China, segunda colocada, oferece 3,41% e a Índia, 2,27%. Nos Estados Unidos, ela está negativa em 1,52%.